



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

CONVÊNIO Nº. 034/2022
Processo: 2022 - BSTR2
Proposta SIGA nº 0018/2022

Convênio que entre si celebram o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano e o Município de Baixo Guandu, tendo por objeto a Urbanização e pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu/ES.

O Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.080.530/0001-43, doravante denominado CONCEDENTE, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, órgão da Administração Direta do Poder Executivo Estadual inscrito no CNPJ nº 08.673.715/0001-17, com sede na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Edifício AMES, 20º andar, Centro, Vitória/ES, neste ato representado pelo Secretário de Estado, Sr. OCTAVIO LUIZ GUIMARÃES, portador da Carteira de Identidade nº 6798, expedida pela OAB/ES, inscrito no CPF sob o nº. 096.359.397-87, e o Município de BAIXO GUANDU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ / MF sob o nº 27.165.737/0001-10, com sede Rua Fritz Von Lutzow, nº 217, Centro, Baixo Guandu/ES, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LASTENIO LUIZ CARDOSO, portador da carteira de identidade nº 428.044, expedida pela SPTC/ES e inscrito no CPF sob o nº 579.436.807-15, em conformidade com os autos do processo nº. 2022-BSTR2 e com fundamento na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000; na Lei nº. 10.566, de 20 de julho de 2016; no Decreto Estadual nº. 2.737-R, de 19 de abril de 2011, resolvem celebrar o presente convênio para Urbanização e pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente convênio tem por objeto a **Urbanização e pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu/ES**, conforme plano de trabalho (Anexo A) especialmente elaborado que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
Rua, Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Edifício AMES, 20º andar, Centro, Vitória, ES
CEP: 29.010-901 – Vitória/ES Tel.: (27) 3636-5041/3636-5042

5008 Lo mader



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - Para a consecução do objeto expresso na cláusula primeira, compete:

2.1.1 – Ao CONCEDENTE:

- a) transferir os recursos financeiros previstos no plano de trabalho, observados as parcelas e a periodicidade contidas no cronograma de desembolso;
- b) apoiar os procedimentos técnicos e operacionais necessários para a execução do objeto, prestando assistência ao CONVENIENTE;
- c) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste convênio; e
- d) analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos transferidos por força deste convênio.

2.1.2 – Ao CONVENIENTE:

- a) executar as ações necessárias à consecução do objeto deste convênio;
- b) aplicar os recursos transferidos pelo CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto;
- c) apresentar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, relatórios técnicos e físico-financeiros das atividades;
- d) manter os recursos transferidos pelo CONCEDENTE em conta bancária individualizada e aberta em instituição financeira especial exclusivamente para esse fim;
- e) manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste convênio;
- f) registrar em sua contabilidade analítica, os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados por força deste convênio;
- g) observar e cumprir as regras da Lei Federal nº. 8.666/93, na celebração de contratos necessários para execução do objeto do presente convênio, adotando-se, obrigatoriamente a modalidade de licitação Pregão, prevista na



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Lei nº. 10.520/02, no caso de bens e serviços comuns, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos do art. 39 do Decreto Estadual nº 2.737/2011;

- h) prestar contas, no SIGA, ao CONCEDENTE, na forma e no prazo previsto neste instrumento e no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, de todos os recursos que lhe forem transferidos, devolvendo aqueles não aplicados, inclusive da contrapartida em valor correspondente ao percentual executado do objeto;
- i) Visando ao regular cumprimento do convênio firmado com a Administração Pública estadual, o CONVENIENTE, ao realizar o procedimento licitatório, de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para a contratação da obra e/ou serviço, objeto da parceria convenial, se obriga a prever, no edital de licitação ou instrumento convocatório, e respectivo contrato, a obrigação do contratado de efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos do art. 36 da Lei nº 7210/84.
- i.1) para tanto, deverá o CONTRATADO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, formular pedido por escrito ao CONVENIENTE, onde especificará a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados.
- i.2) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do requerimento formulado pelo CONTRATADO, onde especificará a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados, o CONVENIENTE se obriga a apresentar a relação dos trabalhadores aptos à contratação.
- i.3) visando o cumprimento da obrigação acima mencionada, o CONVENIENTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados do requerimento formulado pelo CONTRATADO, solicitará à SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – SEJUS – a relação dos trabalhadores aptos à contratação, considerando a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados, devendo a SEJUS fornecer por escrito a relação solicitada, assim como as respectivas contas para os depósitos dos salários dos trabalhadores, no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, a contar da solicitação, nos termos do art. 37 da Lei nº 7210/84.
- i.4) O atraso na formalização da contratação da mão-de-obra mencionada, por culpa exclusiva do CONVENIENTE ou da SEJUS, importará em rescisão do convênio firmado com a Administração Pública estadual, com as consequências previstas na Lei nº 8666/93 e nas normas estaduais regentes dos convênios firmados com a Administração Pública estadual.

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
Rua, Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Edifício AMES, 20º andar, Centro, Vitória, ES
CEP: 29.010-901 – Vitória/ES Tel.: (27) 3636-5041/3636-5042



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

4.1 - O CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na cláusula terceira em favor do CONVENIENTE em conta bancária específica vinculada a este instrumento, aberta em instituição financeira oficial, preferencialmente do Estado do Espírito Santo, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, somente sendo permitido a realização de pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

4.2 - Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência do instrumento o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.

4.3 - Antes da realização de cada pagamento, o conveniente incluirá no SIGA, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III- o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e

V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

4.4 - Dados bancários para transferência e movimentação dos recursos. Banco BANESTES S.A. **Agência 0112 Conta 35240761.**

4.5 - Para recebimento de cada parcela dos recursos, o conveniente deverá:

I - manter as mesmas condições para celebração de convênios exigidas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

II - comprovar a aplicação da contrapartida pactuada que, se financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento;

III- atender às exigências para contratação e pagamento previstas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

IV - apresentar relatório de execução físico-financeira, comprovando a aplicação dos recursos recebidos, por meio do SIGA;

V - aprovação, pelo concedente, por meio do SIGA, do relatório de execução físico-financeira referente à comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

4.6 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste convênio, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de em instituição financeira oficial, preferencialmente do Estado do Espírito Santo, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.7 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do convênio ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

CLAUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente convênio terá vigência do dia seguinte à sua publicação no Diário Oficial a 31/12/2023, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

5.2 - Sempre que necessário, mediante proposta do CONVENENTE devidamente justificada, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente convênio.

5.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o CONVENENTE deverá, de ofício, promover a prorrogação do prazo de vigência do presente convênio, independentemente de proposta do CONVENENTE, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos participantes antes do término da vigência do convênio ou da última dilatação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLAUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - O CONVENENTE conservará a autoridade normativa e exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da execução e prestação de contas deste convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar as ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação das unidades de controle interno e externo.

6.2 - O CONVENENTE tranquilizará livre acesso aos servidores do CONVENENTE e aos servidores do sistema de controle interno do CONVENENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado – TCEES, aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este instrumento e pelo Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, assim como aos locais de execução do objeto.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

6.3 – A execução física do objeto será acompanhada pelo CONCEDENTE, por intermédio da Gerência de Gestão de Convênios, inclusive com visitas ao local da execução, ficando, desde já, designado a servidora **Marcelo Sales Loureiro**, como representante do concedente, especialmente designada e registrada no SIGA, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES

7.1 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do CONVENENTE, para:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas;

III- alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;

IV - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

V - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VII - transferir recursos para clubes, associações de servidores, entidades religiosas ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches, escolas para o atendimento pré-escolar e instituições de saúde;

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

7.2 - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a aplicação financeira de recursos recebidos por descentralização de crédito.



Governo do Estado do Espírito Santo

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

7.3 - É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste convênio, exceto ações complementares.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas final deverá ser apresentada até 60 (sessenta) dias após a data final da data de extinção do convênio, instruída com os seguintes documentos:

- a) relatório de cumprimento do objeto;
- b) relatório da execução físico-financeira consolidado;
- c) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos do concedente, a contrapartida aplicada pelo conveniente, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e o saldo do convênio;
- d) relação de pagamentos efetuados;
- e) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, e serviços prestados, quando for o caso, com recursos do presente convênio;
- f) extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária;
- g) cópia do termo de recebimento definitivo da obra, observado o que disposto no art. 48, IX, do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;
- h) comprovante de recolhimento do saldo dos recursos financeiros não aplicados, inclusive os provenientes da aplicação financeira realizada, não utilizados no objeto pactuado, à conta indicada pelo CONCEDENTE;
- i) termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

8.2 - O concedente deverá registrar no SIGA o recebimento da prestação de contas.

8.3 - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o concedente estabelecerá o prazo máximo de trinta dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

8.3.1 - Se, ao término do prazo estabelecido, o conveniente não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos do item anterior, o concedente registrará a



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

inadimplência no SIGA por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato a Autoridade Competente para fins de instauração de tomada de contas sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

8.4 - As prestações de contas serão analisadas pelo CONCEDENTE, ou pelo órgão ou entidade sucessora, que decidirá sobre a regularidade na aplicação dos recursos, de acordo com as regras e critérios previstos no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

8.5 - A autoridade competente do concedente terá o prazo de noventa dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes.

8.6 - O ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SIGA, cabendo ao concedente apresentar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

8.7 - Caso a prestação de contas não seja aprovada, inclusive pela não comprovação da aplicação da contrapartida ou dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SIGA e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas, com posterior encaminhamento do processo ao grupo financeiro setorial ou unidade setorial equivalente a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência."

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - O presente convênio poderá ser alterado mediante proposta a ser apresentada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para sua implementação, alteração esta que deverá ser devidamente justificada e formalizada por meio de Termo Aditivo.

9.2 - Não é permitida a alteração da natureza do objeto do convênio.

9.3 - As alterações ao presente convênio, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do instrumento convenial quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do convênio.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

9.5 – No caso de alterações que gerem obrigações a serem implementadas exclusivamente por um dos participantes do convênio, estas deverão ser formalizadas mediante termo de apostilamento, quando se fizer necessário:

I – alterar a classificação orçamentária da despesa referente ao valor do convênio;

II – substituir a conta corrente específica para movimentação dos recursos do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA – DO BLOQUEIO E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

10.1 - A inadiplência por parte do CONVENENTE ou o descumprimento das cláusulas do presente convênio autoriza o CONCEDENTE a bloquear recursos e a denunciar o convênio, bem como instaurar a competente Tomada de Contas.

10.2 - A liberação das parcelas do convênio pelo CONCEDENTE será suspensa até a correção das impropriedades, nos casos a seguir especificados:

a) quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo CONCEDENTE;

b) quando for verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas ou práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública;

c) quando o CONVENENTE deixar de adotar as medidas sanadoras apontadas pelo CONCEDENTE dos recursos ou pela AGE;

d) quando for descumprida, pelo CONVENENTE, qualquer cláusula ou condição do presente convênio.

10.3 - O CONCEDENTE comunicará ao CONVENENTE (e ao interveniente, caso haja), quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até trinta dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser tal prazo prorrogado por igual período.

10.3.1 – Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá de dez dias para apreciá-los e decidir quanto a sua aceitação, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

10.3.2 – Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput, o CONCEDENTE realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENIENTE para que seja ressarcido do respectivo valor, sob pena de instauração de tomada de contas.

10.4 - O CONVENIENTE se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pelo CONCEDENTE, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicada aos débitos para com a Fazenda Pública Estadual, quando:

- a) não for executado o objeto da avença;
- b) não forem apresentadas, nos prazo exigido, as prestações de contas; e
- c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio.

10.5 - O CONVENIENTE se compromete também a recolher à conta do CONCEDENTE, o valor correspondente aos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito a aplicação.

10.6 - O CONVENIENTE fica obrigado a restituir eventual saldo de recursos, inclusive os provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras, no prazo estabelecido para apresentação da prestação de contas.

10.7 - O registro, no SIGA, da evolução da execução do objeto conforme o plano de trabalho é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas subsequentes do instrumento, conforme previsto no art. 3º do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - O CONCEDENTE encaminhará o extrato deste convênio, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para publicação no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS AÇÕES DE PUBLICIDADE

12.1 - Eventual publicidade de obras, aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste convênio ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

13.1 - O presente convênio extinguir-se-á pela conclusão de seu objeto ou pelo decurso de seu prazo de vigência, podendo ainda ser extinto por mútuo consenso.

13.2 - Qualquer dos partícipes poderá denunciar o presente convênio, a qualquer tempo, ficando, os partícipes, responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

13.3 - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes recebidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de contas de tomada de contas do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos nos termos do § 6º do artigo 116 da Lei 8.666/93.

13.4 - Constituem motivo para rescisão do convênio:

I) o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no ajuste; e
- c) falta de prestação de contas no prazo estabelecido.

II) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

III) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas;

IV) não aprovação do projeto executivo ou apresentação fora do prazo estabelecido, quando for o caso;

13.5 - A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, sempre ensejará a instauração de tomada de contas.

13.6 - O presente convênio será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONTINUIDADE

14.1 - Na hipótese de paralisação ou ocorrência de outro fato relevante, fica facultado ao CONCEDENTE assumir ou transferir a execução do objeto deste convênio, de modo a evitar a descontinuidade da execução das ações pactuadas.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS E CONSTRUÍDOS

15.1 - Os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste convênio serão de propriedade do CONVENIENTE, respeitado o disposto na legislação pertinente.

15.2 - A utilização dos bens adquiridos e construídos com os recursos estaduais oriundos deste Convênio estará afetada aos seus objetivos mesmo após o fim do seu prazo de vigência, aceitando o Conveniente a condição de ressarcir integralmente o Concedente na hipótese de desvio de finalidade ou de perecimento culposo, sob pena de inscrição no CADIN/ES e execução judicial.

15.2.1 - O ressarcimento se dará em pecúnia, considerando os recursos aportados pelo Concedente para a execução do Convênio, devidamente atualizado. O Conveniente não responderá pelo perecimento desses bens na ausência de culpa, em especial em razão de sua deterioração natural ou por força maior.

15.2.2 - No caso de perda da utilidade dos bens, como por desgaste natural, superação tecnológica ou dificuldade de restauração, caberá ao Conveniente decidir formalmente por sua destinação, arquivando a justificativa, devendo eventual recurso obtido com seu desfazimento ser revertido às finalidades sociais do Conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Havendo celebração de contratos entre o CONVENIENTE e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste convênio, tal contratação não acarretará responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelas obrigações trabalhistas ou fiscais, assim como não existirá vínculo funcional ou empregatício entre os terceiros e o CONCEDENTE.

16.2 – Obrigatoriamente, haverá redução do quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade, no caso de cancelamento de restos a pagar.

16.3 - Caso os recursos transferidos pelo CONCEDENTE por este convênio sejam objeto de nova descentralização ou transferência necessária à execução do plano de trabalho, tais transferências se subordinarão às mesmas condições e exigências deste convênio e da Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

16.4 - As disposições deste convênio serão interpretadas e aplicadas conjuntamente com o que disposto no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011 e nas demais legislações de regência.



Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente convênio.

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, deverão os participantes buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Vitória/ES, 20 de junho de 2022.

Pelo CONCEDENTE

Pelo CONVENIENTE

Testemunhas:

1. Nome: _____

CPF: _____

2. Nome: _____

CPF: _____

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
Rua, Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Edifício AMES, 20º andar, Centro, Vitória, ES
CEP: 29.010-901 – Vitória/ES Tel.: (27) 3636-5041/3636-5042

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

OCTAVIO LUIZ GUIMARAES
SECRETARIO DE ESTADO
SEDURB - SEDURB - GOVES
assinado em 20/06/2022 15:41:58 -03:00

LASTENIO LUIZ CARDOSO
CIDADÃO
assinado em 21/06/2022 07:21:27 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/06/2022 07:21:28 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARCELLA SANTOS DE QUEIROZ (GERENTE QCE-03 - GA - SEDURB - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-XP7HC8>



Data: 20/06/2022



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO RECURSOS HUMANOS

Plano de Trabalho - Proposta de Convênio

Usuário: ROSANGELA MARIA SILLER

Informações do Plano de Trabalho

Número da Proposta

SEDURB-0018/2022

Programa

GESTÃO INTEGRADA DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Órgão

SEDURB

Proponente

MUNICIPIO DE BAIXO GUANDU

Objeto do Programa

ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO E READEQUAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS

O município localiza-se a uma latitude sul de 19, 1 e 1 e a uma longitude oeste de Greenwich de 40° e 44" possuindo área de 920 km², equivalente a 2,02% do território estadual. Limita-se ao norte com o município de Pancas; ao sul, com Laranja da Terra; a leste, com Itaguaçu e Colatina e a oeste, com o Estado de Minas Gerais. Se distancia de Vitória cerca de 186 quilômetros.

Além da sede, é compreendido pelos distritos de Alto Mutum Preto, Ibituba, Km 14 do Mutum, Vila Nova do Bananal e Mascarenhas. O relevo apresentado varia de fortemente ondulado a montanhoso. Segundo o censo demográfico/IBGE 2013, possui 31.126 habitantes. Ressalto que este município possui um elevado número de ruas não pavimentadas, e conseqüentemente este fato tem implicado em sérios transtornos a população residente nestas localidades, tais como aumento de doenças respiratórias devido a poeira, danos as residências e edificação provocadas por enxurradas, por não existir drenagem fluvial, proliferação de doenças, mau cheiro e outras doenças e agravos que se proliferam em ambientes sem a correta destinação de água e esgoto sanitário. Portanto buscamos atender as reivindicações antigas dos munícipes que carecem de ambientes dignos para transitar em suas atividades rotineiras, bem como melhorar o acesso dos serviços públicos a estas localidades.

Justificativa

Resumo do Objeto do

Urbanização e pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaiso, Município de Baixo Guandu-ES.

Objeto do Convênio

Urbanização e pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaiso, Município de Baixo Gandula-ES.

Informações de Data

Data Criação	20/01/2022
Data Início da Vigência	20/06/2022
Data Fim da Vigência	31/12/2023

Informação Bancária

Banco do Convênio	BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Agência do Convênio	0112
Conta do Convênio	00000000

Informações de Valores

Valor Global	R\$ 2.285.782,48
Percentual Mínimo	0
Valor da Contratada	R\$ 0,00
Valor da Contratada Bens e Serviços	R\$ 900.000,00
Valor de Repasse do Futuro	R\$ 1.385.782,48

Informações de Valores Futuros

Ano de Repasse do Exercício	2023
Valor de Repasse do Exercício	R\$ 1.385.782,48

Informações de Participantes

Tipo Participante	Identificação	Natureza Jurídica	Nome
Executor	CNPJ - 27.165.737/0001-10	Administração Pública Municipal	Município de Baixo Guandu - ES

Informações do Cronograma Físico

Meta	Urbanização e Pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu-ES	Valor:	R\$ 2.285.782,48
Período:	20/06/2022	a	31/12/2023

Etapas

Etapas	Urbanização e Pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu-ES	Valor	R\$ 2.285.782,48
Período:	20/06/2022	a	31/12/2023

Fase

Especificação da Fase	Urbanização e Pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu-ES	Valor	R\$ 2.285.782,48
Data Início	20/06/2022	Data Término	31/12/2023

Informações da Associação de Cronograma Desembolso

Responsável	Mês-Ano	Número Associação	Meta	Valor Associação
Concedente	Junho-2022	104245	Urbanização e Pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu-ES	R\$ 250.000,00
Concedente	Agosto-2022	104246	Urbanização e Pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu-ES	R\$ 650.000,00
Concedente	Janeiro-2023	104247	Urbanização e Pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu-ES	R\$ 650.000,00

Data: 20/06/2022

Informações da Associação de Cronograma Desemboiso

Responsável	Mês-Ano	Número Associação	Meta	Valor Associação
Concedente	Janeiro-2023	104247	Guandu-ES	R\$ 650.000,00
Concedente	Abril-2023	104248	Urbanização e Pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaiso, Município de Baixo Guandu-ES	R\$ 735.782,48

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Bens e Serviços	Urbanização e pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaiso, Município de Baixo Gandula-ES.	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UNd	1,00	R\$ 2.285.782,48	R\$ 2.285.782,48

Plano de Aplicação

Código - Descrição da Natureza de Despesa	Recursos do Convênio	Contrapartida de Bens	Total
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 2.285.782,48	R\$ 0,00	R\$ 2.285.782,48
Total			R\$ 2.285.782,48

Declaração do Proponente

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao....., para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

Local e Data

Proponente (Carimbo/Assinatura)

Aprovação do Concedente

Local e Data

Concedente (Carimbo/Assinatura)

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por

OCTAVIO LUIZ GUIMARAES
SECRETARIO DE ESTADO
SEDURB - SEDURB - GOVES
assinado em 20/06/2022 15:41:58 -03:00

LASTENIO LUIZ CARDOSO
CIDADÃO
assinado em 21/06/2022 07:21:47 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/06/2022 07:21:48 (HORÁRIO DE BRASLIA - UTC-3)
por MARCELLA SANTOS DE QUEIROZ (GERENTE QCE-03 - GA - SEDURB - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL
A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-DNR6X4>



ROSANGELA D SOCORRO MOREIRA DE OLIVEIRA	20/05/2022	19/05/2023	ASSISTENTE DE SUPORTE EM DESENVOLV. AMB. E REC. HIDRI. - DT
TIAG SOUZA DE AZEVEDO	31/05/2022	30/05/2023	ANALISTA DE SUPORTE EM DESENVOLV. AMB. E REC. HIDRI. - DT
VALDETE VARGAS MOTTA	13/05/2022	12/05/2023	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO AMB. E REC. HIDRI. - DT

Cariacica, 22 de junho de 2022.

ALAIMAR RIBEIRO RODRIGUES FIUZA

Diretor Presidente - IEMA

Protocolo 875209

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB -

**RESUMO DO TERMO DE CONVÊNIO N.º 032/2022
MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
Registro SIGEFES N.º 220234**

CONCEDENTE: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB

CONVENENTE: Município de Baixo Guandu/ES

OBJETO: Construção de ponte (mista) em concreto armado e aço sobre o Rio Guandu, interligando os Bairros São José e Centro, Município de Baixo Guandu/ES.

VALOR TOTAL: 9.551.293,04 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e três reais e quatro centavos).

VALOR DO CONCEDENTE: R\$ 9.551.293,04 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e três reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA: do primeiro dia seguinte ao da publicação até 31/12/2023.

DOTAÇÃO

10.36.101.15.451.0054.3532 (Implementação e Apoio à Construção e Adequação de Infraestrutura e Urbanização de Espaços Públicos), UG 36.101, conforme discriminação abaixo:
Fonte: 0301, Natureza de Despesa: 4.4.40.42.00 - Auxílios

ORÇAMENTÁRIA:

Processo N.º 2022 - GVMFM

Vitória/ES, 23 de junho de 2022.

OCTAVIO LUIZ GUIMARÃES
Secretário de Estado de Saneamento,
Habitação e Desenvolvimento Urbano SEDURB
Protocolo 874851

**RESUMO DO TERMO DE CONVÊNIO N.º 033/2022
MUNICÍPIO DE
ALFREDO CHAVES
Registro SIGEFES N.º 220232**

CONCEDENTE: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB

CONVENENTE: Município de Alfredo Chaves/ES

OBJETO: Drenagem e Pavimentação de ruas na localidade de Sagrada Família, Município de Alfredo Chaves/ES.

VALOR TOTAL: 2.886.708,65 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, setecentos e oito reais e sessenta e cinco centavos).

VALOR DO CONCEDENTE: R\$ 2.886.708,65 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, setecentos e oito reais e sessenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: do primeiro dia seguinte ao da publicação até 31/12/2024.

DOTAÇÃO

10.36.101.15.451.0054.3532 (Implementação e Apoio à Construção e Adequação de Infraestrutura e Urbanização de Espaços Públicos), UG 36.101, conforme discriminação abaixo:
Fonte: 0301, Natureza de Despesa: 4.4.40.42.00 - Auxílios

ORÇAMENTÁRIA:

Processo N.º 2022 - 134CP

Vitória/ES, 23 de junho de 2022.

OCTAVIO LUIZ GUIMARÃES
Secretário de Estado de Saneamento, Habitação e
Desenvolvimento Urbano SEDURB
Protocolo 874854

**RESUMO DO TERMO DE CONVÊNIO N.º 034/2022
MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
Registro SIGEFES N.º 220231**

CONCEDENTE: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB

CONVENENTE: Município de Baixo Guandu/ES

OBJETO: Urbanização e pavimentação de diversas Ruas no Bairro Valparaíso, Município de Baixo Guandu/ES.

VALOR TOTAL: 2.285.782,48 (dois milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

VALOR DO CONCEDENTE: R\$ 2.285.782,48 (dois milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: do primeiro dia seguinte ao da publicação até 31/12/2023.

DOTAÇÃO

10.36.101.15.451.0054.3532 (Implementação e Apoio à Construção e Adequação de Infraestrutura e Urbanização de Espaços Públicos), UG 36.101, conforme discrimina-

ORÇAMENTÁRIA:

gão abaixo:
Fonte: 0301, Natureza de Despesa: 4.4.40.42.00 - Auxílios

Processo Nº 2022 - BSTR2

Vitória/ES, 23 de junho de 2022.

OCTAVIO LUIZ GUIMARÃES

Secretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano SEDURB

Protocolo 874858

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico - SECTIDES -

Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS -

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 460209484

Contratante: Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS

Processo Nº: 4500472022

Identificação: Artigo 29, inciso II da Lei 13.303/16 e o Artigo 98 do Regulamento de Licitações e Contratos da ES GÁS.

Contrato: KM Comunicações Ltda.

CNPJ: 13.068.632/0001-39

Objeto: Prestação de serviço de elaboração de plano de comunicação com stakeholders

Valor: R\$ 15.250,00 (quinze mil, duzentos e cinquenta reais)

Vigência: 30/05/2022 a 30/11/2022

Fonte: 4401000028

Lissandro Gustavo Dilkin

Gerente de Contabilidade e Finanças

Gerente Planejamento e Administração

Protocolo 875166

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 460209490

Contratante: Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS

Processo Nº: 4500362022

Identificação: Artigo 29, inciso X da Lei 13.303/16 e o Artigo 98 do Regulamento de Licitações e Contratos da ES GÁS.

Contrato: CLARO S.A

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Objeto: Prestação de serviços de telefonia móvel para acesso à internet.

Valor: R\$ 159.447,84 (Cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

Vigência: 13/06/2022 a 13/06/2024

Fonte: 4501000002

Leonardo Cesar de Barros

Gerente de Planejamento e Administração

Lissandro Gustavo Dilkin

Gerente de Contabilidade e Finanças

Protocolo 875166

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES -

Resumo do 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 083/2020, referente ao EDITAL FAPES Nº 14/2019 - PROCAP 2020 - MESTRADO.

Contratante: FAPES. Bolsista: Francisco Carlos Batistini Brunoro Junior. Coordenador do PPG: Renato Nunes de Lima Seixas. Objeto: prorrogação do prazo de 01 de setembro de 2022. Processo: 2020-KTW67.

Assinatura 22/06/2022.

Cristina Engel de Alvarez
Diretora-presidente da FAPES
Protocolo 875310

Resumo do 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 084/2020, referente ao EDITAL FAPES Nº 14/2019 - PROCAP 2020 - MESTRADO.

Contratante: FAPES. Bolsista: Pedro Henrique Silva Monteiro. Coordenador do PPG: Renato Nunes de Lima Seixas. Objeto: prorrogação do prazo de 01 de setembro de 2022. Processo: 2020-1G8K1.

Assinatura 22/06/2022.

Cristina Engel de Alvarez
Diretora-presidente da FAPES
Protocolo 875314

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS-SEDH torna público a prorrogação do prazo para recebimento das propostas para seleção de Organização da Sociedade Civil - OSC - para celebração de Termo de Colaboração, em regime de mútua colaboração e consecução de finalidade de interesse público com transferência de recursos financeiros, consistente na implantação e gestão do "Centro Regional de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência da Macrorregião Sul" até o dia 07/07/2022.

Disponibilidade do Chamamento: A íntegra do Edital de Seleção de Proposta e seus anexos se encontram disponíveis no link: <https://sedh.es.gov.br/aba>

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 875523

Nara Bórgo Cypriano Machado

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 875523

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS-SEDH torna público a prorrogação do prazo para recebimento das propostas para seleção de Organização da Sociedade Civil - OSC - para celebração de Termo de Colaboração, em regime de mútua colaboração e consecução de finalidade de interesse público com transferência de recursos financeiros, consistente na implantação e gestão do "Centro Regional de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência da Macrorregião Sul" até o dia 07/07/2022.

Disponibilidade do Chamamento: A íntegra do Edital de Seleção de Proposta e seus anexos se encontram disponíveis no link: <https://sedh.es.gov.br/aba>

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 875523

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 875523

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 875523

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 875523

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 875523

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 875523

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022 - SEDH
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos
Protocolo 875523